



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

20/03/2018 - 5ª - Comissão de Serviços de Infraestrutura

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Antes de falarmos sobre a nota técnica sobre o aviso do TCU, Senador Acir, eu gostaria de abordar três temas de caráter geral, mas que dizem respeito à nossa Comissão diretamente.

Nós estamos no segundo dia do Fórum Mundial da Água, quando o Brasil recepciona a comunidade internacional para debater um dos problemas que, sem nenhuma dúvida, preocupa hoje todos os brasileiros, até mesmo nós da Região Amazônica, que é uma região com uma grande bacia hidrográfica, que tem vivido períodos de estiagem, períodos de secas. E nós temos, como já foi demonstrado aqui nesta Comissão numa audiência pública, uma questão muito séria com relação ao risco hidrológico do mercado livre de energia elétrica no Brasil. Hoje, nada mais nada menos do que R\$7 bilhões é o montante do déficit financeiro junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), como foi demonstrado aqui, volto a dizer, do setor do mercado livre, Senador Valdir Raupp.

Amanhã, nós teremos a primeira reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a MP nº 814, que trata, entre outros temas, inclusive na sua justificativa, por cerca de uma lauda e meia, sobre essa questão do déficit hidrológico no ACL.

Vejam que isso, segundo declarações do Rui Altieri, Presidente da Câmara de Comercialização, tem sido o principal motivo da falta de liquidez no setor elétrico para investimentos em programas importantíssimos como o Luz para Todos, que é importante na nossa região, onde ainda temos populações isoladas sem a interligação do Luz para Todos. No Pará, no Amazonas e em Rondônia, ainda nós temos esses problemas.

Ainda: é também dos recursos provenientes da liquidação do sistema da Câmara de Comercialização que vêm os recursos para a CDE, que financiam, por exemplo, a questão do subsídio do carvão, a própria CCC, que é fundamental nas nossas regiões, principalmente onde há geração termoeletrica.

A Comissão terá, amanhã, a sua primeira reunião, quando esperamos ter um quórum importante, pois vamos discutir o plano de trabalho. Eu terei, inclusive hoje, um almoço com o Deputado Júlio Lopes, que é o Relator dessa matéria, para que nós possamos abordar a questão do risco hidrológico, que é grave, é séria.

Nós resolvemos, quando estivemos no Ministério, através de uma MP, a questão do risco hidrológico no sistema regulado e também deveríamos ter conseguido resolver no sistema livre, mas a Aneel acabou fazendo uma regulamentação diferente da Lei de Conversão aprovada no Congresso Nacional com relação ao mercado livre, e aquilo que era, àquela altura, um passivo de R\$1 bilhão no mercado livre se transformou em R\$7 bilhões, a caminho de se tornar um passivo de R\$12 bilhões.

E se não for feita uma solução que não onere o consumidor, ajustando, como fizemos da vez anterior, com uma prorrogação de outorga para não onerar o consumidor, o que vai acontecer é que poderemos ter uma situação grave e séria com relação ao impacto na conta de energia elétrica.

Dito isso, eu queria abordar outro tema. O jornal *O Estado de S. Paulo*, o Estadão, publicou, a propósito de outra audiência pública promovida pela Comissão de Infraestrutura, juntamente com a CAE e com a Comissão de Desenvolvimento Regional, a seguinte matéria "Bagagens não derrubam preços dos bilhetes aéreos", reafirmando aquilo que todos os Senadores e todos os brasileiros estão dizendo e contradizendo aquilo que Anac e a Abear tentaram aqui naquela audiência pública mostrar. Mas o que eu destaco é a declaração dada pelas empresas aéreas, que diz o seguinte: "Empresas afirmam que cobrança no despacho das malas cortaria a tarifa aérea [ou seja, diminuiria o preço da passagem], mas agora dizem que item é só um componente do preço."

Apenas para deixar mais uma vez patenteado, um trabalho feito pelo *Estadão* comprova o aumento que houve nas passagens aéreas em vários trechos: Guarulhos-Curitiba, Congonhas-Curitiba, Congonhas-Brasília, Congonhas-Santos Dumont, Guarulhos-Fortaleza. Enfim, há várias tarifas aqui demonstradas, e nós, da Região Norte, seja do Amazonas, do Pará, de Rondônia, de Roraima, do Acre, do Amapá, temos comprovado isso. Falo apenas para reafirmar essa matéria.

Outra questão que eu gostaria de destacar é exatamente sobre uma matéria que consta da pauta de hoje, de autoria do Senador Jorge Viana, com relatoria do Senador Acir Gurgacz, que trata, mais uma vez, da aviação civil na nossa região, ou seja, da aviação regional.

E, mais uma vez, destacando a importância de reforçarmos os recursos. Criamos o PAC da aviação regional, criamos o fundo, colocamos o recurso proveniente de parte da privatização dos aeroportos concedidos, como Guarulhos, Viracopos, Brasília, Galeão. Colocamos, portanto, mais de cinco bilhões no fundo, que deveria estar resolvendo os problemas dos aeródromos e dos subsídios das passagens na aviação regional.

Decorridos já mais de cinco anos, esses recursos continuam contingenciados.

Portanto, foi uma luta de mais de dez anos para nós criarmos o PAC da aviação regional. Conseguimos criar o PAC da aviação regional, conseguimos criar o fundo para a aviação regional, conseguimos colocar o recurso para a aviação regional, fundamental nas diversas regiões isoladas do Brasil, inclusive no nosso Estado do Amazonas, mas, lamentavelmente, continuamos até o dia de hoje com os recursos contingenciados, sem darmos uma resposta a esse programa.

Portanto, destaco a importância disso. Esse é um projeto não terminativo. Como nós não precisaremos, portanto, do quórum qualificado, nós esperamos poder votar esse projeto. Sugiro, inclusive, que nós façamos uma inversão na pauta, para começarmos por esse projeto, que é não terminativo. Sugiro uma inversão na pauta, para que possamos começar a nossa reunião exatamente por este projeto que reputo ser muito importante, o PLS nº 428, de 2016.

A Senadora Vanessa pede a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) - Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Em seguida, falará o Senador Flexa Ribeiro, que também pede a palavra.

Com a palavra a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) - Serei breve, Senador Eduardo. Eu apenas gostaria, antes de tudo, de ressaltar a importância dos temas que V. Exª destaca nesta Comissão. Sem dúvida, são temas muito importantes que nós teremos de abordar neste próximo período.

Falando disso, Senador, aproveito para dizer que concordo com a inversão da pauta. Acho que precisamos apenas alcançar o número de presenças, o que conseguiremos já, já. Pela relevância do projeto relatado pelo Senador Acir Gurgacz, que ele seja o primeiro ponto.

Eu queria pedir a V. Exª, Senador Eduardo Braga, que pudéssemos votar hoje dois requerimentos que se encontram na pauta, um deles desde o dia 27 de fevereiro. Ele trata da realização de uma audiência pública para debater a questão da Embraer. Nós sabemos da intenção do Governo Federal de abrir mão, de entregar a Embraer para o capital internacional, para o capital americano. Então, acho que é um tema muito importante. Essa seria uma audiência.

A outra nós apresentamos na semana passada, em conjunto, eu e o Senador Gurgacz. Entretanto, ele deixou para votar hoje, exatamente com a presença de V. Exª, até para que possa subscrever o requerimento, assim como o Senador Raupp, para realizarmos uma audiência pública em torno da BR-319, para debatermos a atualização dos Estudos de Impacto

Ambiental. A recuperação a gente vem debatendo muito, bem como a manutenção. Nós precisamos que venham aqui e digam em que pé se encontram os Estudos de Impacto Ambiental.

Então, seriam apenas essas audiências, Senador. Peço mil desculpas. Nós estamos na CCJ com um debate sobre mulheres na Constituição brasileira, como parte dos eventos do Mês da Mulher. E temos também o encontro sobre as águas, do qual, imagino, V. Ex^a deverá participar como Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Eu apenas queria destacar, como eu comentava com o Senador Flexa quando vínhamos caminhando para cá, que estamos seguramente há seis semanas sem conseguir quórum não apenas na Comissão de Serviços de Infraestrutura; nós estamos sentindo isso em diversas comissões. Nós não temos conseguido votar as matérias terminativas na nossa Comissão.

Temos praticamente nos ilimitado a aprovar requerimentos e matérias não terminativas, assim mesmo com dificuldades para cumprir o quórum. Nós sabemos das diversas atividades que nós Parlamentares temos.

Senadora Vanessa, V. Ex^a chegou ainda há pouco, eu já tinha falado sobre esse tema e acho importante colocar novamente. Amanhã teremos a primeira reunião para aprovação do plano de trabalho da MP 814. A MP 814 é que trata da estruturação não só do gás, mas da estruturação da Amazonas Distribuidora, da estruturação das dívidas, da questão do déficit hidrológico e é lá que eu tenho tentado aprovar uma emenda que possa garantir, no mínimo, estabilidade de dois anos para os trabalhadores do setor elétrico. Veja, seja em Rondônia, seja no Amazonas, seja no Acre, seja em Roraima, seja em Furnas, seja onde for - e o Senador Flexa passou por isso no Estado do Pará -, se nós não tivermos uma garantia ao trabalhador de pelo menos garantir a ele estabilidade por dois anos, além dos direitos trabalhistas...

Há trabalhadores nas nossas regiões que trabalharam na Celpa, por exemplo, 30 anos, e eram de lá de Itaituba. Ora, esse cidadão perdeu o emprego quando da privatização, recebeu a sua indenização e, muito provavelmente, teve muita dificuldade para se recolocar no mercado de trabalho pela idade, pela escassez de alternativas de emprego no interior dos nossos Estados. Se ele tivesse recebido uma compensação pela possível demissão que pudesse haver, uma rede de proteção, ele, ao sair - seja da Ceron, seja da Amazonas Energia, seja de onde fosse -, teria, portanto, uma garantia adicional de um fundo que pudesse garantir a ele uma indenização adicional equivalente a dois anos, com férias proporcionais e com décimo terceiro proporcionais, o que seria uma rede de proteção para os servidores, principalmente nessa região.

Nós, do Estado do Amazonas, de Rondônia, do Acre, de Roraima, do Piauí, de Alagoas e agora do Amapá, vamos passar por um processo que o Estado do Pará já passou. E a gente sabe o quanto o Pará teve que sofrer para poder fazer os ajustes de transição entre a passagem da concessionária pública para a concessionária privada. Eu já ouvi várias vezes o Senador Flexa fazer discursos sobre esse tema e outros Senadores do Estado do Pará também fazerem discursos sobre esse tema. Eu repito porque se nós da região envolvida não estivermos presentes na Comissão para fazer valer o nosso ponto de vista, nós teremos graves consequências na nossa região. Apenas para deixar um alerta.

Eu vou ouvir V. Ex^a, mas o Senador Flexa tinha pedido a palavra. Então, pela ordem, o Senador Flexa e, em seguida, o Senador Raupp.

O Senador Flexa permite que V. Ex^a, portanto, faça a sua colocação.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - Eu concordo plenamente com V. Ex^a, Senador Eduardo, Presidente desta Comissão, para assegurar algumas garantias para esses servidores. E Rondônia tem um agravante a mais: a Ceron, hoje Eletrobras Rondônia, não tem fundo de previdência, é a única - a única! - empresa estatal das federalizadas que não tem fundo de previdência. Eu estou trabalhando a mais ou menos uns seis meses e está muito próximo de conseguir aportar em torno de R\$70 milhões da Eletrobras, do fundo das federalizadas, para poder garantir a previdência de servidores. Os empregados da Ceron Rondônia não têm garantia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Mais grave.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - ... de aposentadoria. E há gente lá já praticamente na hora de se aposentar, e não tem fundo de previdência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Mas devem ter contribuição para o INSS, não é? A contribuição geral tem que ter.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - Devem ter alguma coisa, mas eles não têm...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Eles são celetistas, eles têm com certeza contribuição para o regime geral.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - Mas a empresa não tem o fundo de previdência. É a única que não tem - é a única que não tem! -, a informação é de que é a única que não tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - É que algumas empresas têm em função de que vieram do regime que não era o regime CLT. Eu sei, porque, no caso do Amazonas, por exemplo, nessa Eletramazon, não era regime CLT, era regime estatutário. E, portanto, quando migraram, tiveram que migrar com fundo de previdência, porque não fazia parte do regime geral.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - Exatamente, a Ceron não tem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Como, no caso da Ceron, eles não têm, mas eles têm com certeza no regime geral. É óbvio que se houver um fundo de previdência, tanto quanto melhor, mas eles são celetistas, a Ceron obrigatoriamente... Senão, ela não vai poder nem ser privatizada. Se não houver a regularidade na contribuição da seguridade social por parte da Ceron, ela não poderá nem ser privatizada. É o caso que está acontecendo em Alagoas.

Em Alagoas, havia uma ação trabalhista antiga movida pelo Sindicato dos Urbanitários, e agora a Eletrobras está tendo que pagar a ação trabalhista, sob pena de que isso fosse um fator impeditivo para a privatização da Ceal. E eu estou destacando isso, Senador Valdir Raupp, porque amanhã começa, com a aprovação do plano de trabalho - a que já tive acesso e que será apresentado pelo eminente Deputado Julio Lopes - que tem a pretensão de não ter um calendário muito acelerado.

Portanto, eu, como Presidente, tenho manifestado, através da minha assessoria - hoje estarei com ele pessoalmente -, a minha preocupação, porque nós estamos tratando, só na Amazonas Distribuidora, de dois mil trabalhadores, além de tratarmos do sistema de abastecimento de energia elétrica de quatro milhões de brasileiros que vivem no Estado do Amazonas. No Estado de Rondônia não é diferente. No Estado do Acre não é diferente. No Estado de Roraima não é diferente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - Mais de um milhão; 1,7 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Portanto, eu quero aqui destacar a importância da nossa presença nas reuniões da Comissão da Medida Provisória nº 814 para que, depois, não passe essa medida provisória sem que a gente possa fazer as colocações pertinentes sobre o tema.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) - Eu tenho dito, só para encerrar, Sr. Presidente, que sem resolver esse problema da Ceron nós vamos criar dificuldade. Já estive até com o Presidente do BNDES. Estive, semana passada, com o Presidente do BNDES, levei uma representação do Sindicato da Ceron - Eletrobras Rondônia para tratar desse assunto. Hoje mesmo vou ter outra reunião do Sest no Ministério do Planejamento, que é quem cuida dos fundos de previdência das empresas, para tratar desse assunto também. Eu tenho andado bem próximo do sindicato da Eletrobras Rondônia para resolver esses problemas. Se não resolvermos essas questões, nós vamos ter que criar dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Eu não sei se apresentaram emenda à 814 sobre esse tema. Estou pedindo apoio aos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras, e aproveito a TV Senado também para pedir o apoio dos Deputados e Deputadas Federais, para a aprovação de uma emenda sobre a qual estou conversando com o Governo e com o Relator, para a criação de um fundo de estabilidade por dois anos com os recursos que seriam destinados à União e/ou Eletrobras. Ou seja, sem criar ônus, seja para parcela A da futura tarifa no ciclo tarifário, seja para criar empecilhos outros, nós queremos proteger de alguma maneira pessoas que dedicaram uma vida à manutenção do setor elétrico nos nossos Estados e que hoje poderão ser penalizadas por uma privatização. E a Amazônia não é como Goiás, que privatizou a Celg. Nós já sabemos que vários trabalhadores da Celg foram demitidos. No caso da Celg, na MP 735 - se não me engano o número da MP era esse -, nós aprovamos uma emenda garantindo por dois anos os trabalhadores, e depois o Governo vetou.

Portanto, agora nós estamos avançando para um fundo, para que a gente possa criar esse mecanismo.

Ouço o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - Muito bem, Sr. Presidente. Nós estaremos juntos nesse debate. Entendo que essa privatização tem que ser muito bem discutida, debatida. Não podemos fazê-la no afogadilho em hipótese alguma. Temos a sorte de ter V. Ex^a como Presidente da Comissão Mista, que vai mediar bem, vai saber mediar para que a gente possa discutir e garantir não só aos trabalhadores das empresas geradoras e distribuidoras de energia do Norte do País, mas, o que é também muito importante, aos consumidores de energia elétrica da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Claro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - Nós estamos com um problema sério em Rondônia. Rondônia hoje é um grande produtor de energia, mas tem dificuldade com a energia que está...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - A baixa tensão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - ...sendo distribuída no Estado porque os linhões não aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Dos investimentos de 138 kV para baixo, a distribuidora não conseguiu ter capacidade para investir. E olha que quando Ministro, consegui assinar um decreto - e a Presidente Dilma, à época, assinou e ratificou o decreto - colocando a rede de 138 kV dentro da rede básica, para que pudéssemos fazer leilão de concessão na rede de 138 kV, com resistência de setores da Aneel, com resistência de alguns setores; mas nós conseguimos aprovar esse decreto.

Lamentavelmente, as primeiras obras dessas linhas básicas por regime de concessão ainda não saíram por falta...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - Ainda não aconteceram.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Ainda não aconteceram por falta de regulamentação. Ou seja, falta de vontade política.

Então, não adianta nada passar uma linha de 800 kV, ou de 500 kV, ou de 230 kV se não tivermos uma subestação que rebaixe essa linha para baixa tensão, a fim de atender seja as populações, seja os produtores.

A capacidade de investimento e o regime da iniciativa privada, se for fazer esses investimentos, na monta... O Tramo Oeste, no Pará, é um exemplo clássico disso de que nós estamos falando. Nós não conseguíamos estender o Luz para Todos para uma área importante no Estado do Pará porque não conseguíamos levar a linha de alta tensão para o ponto de barramento de distribuição. Com isso, o que acontecia? Nós não conseguíamos chegar com o Luz para Todos, mesmo tendo recursos destinados...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - E energia, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - E energia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - Tendo energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Tendo energia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - Porque o mais difícil é você produzir energia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Então. Mas volto a dizer que é fundamental! Nós estamos diante de uma janela de oportunidades. Se os Senadores e as Senadoras da nossa região... São sete regiões, sete Estados que terão as suas concessionárias nesse regime de privatização. Elas serão reguladas pelo Congresso em dois momentos: um no PL que está na Câmara dos Deputados, de que o Deputado Aleluia é Relator e o Deputado Hugo Motta é o Presidente da Comissão. Depois virá para o Senado. E outro nesta MP. Só que o que está anunciado pelo Governo é que eles querem soltar o edital agora no mês de abril, por isso esse aqodamento com relação ao prazo.

Se nós não cuidarmos de estar presentes... Ninguém é contra, em tese, a privatização; nós somos contra a forma, o modelo e a modelagem que estão querendo fazer, sem discutirmos as características de Rondônia, do Amazonas, do Acre, de Roraima, do Amapá, de Alagoas, do Piauí, que são completamente distintas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) - Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - E é fundamental, Senador Acir, Senador Flexa, Senador Raupp, a nossa presença no decorrer dos debates nesta Comissão, para que nós não sejamos tratorados.

Porque os Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão não são apenas dos Estados alcançados pela MP.

Então, existem Senadores e Parlamentares que vão votar pela tese da privatização, sem discutir o detalhamento e as características peculiares da nossa região. E volto a repetir, o Estado do Pará sofreu uma transição que não foi barata para o povo do Pará, não foi barata para a infraestrutura do Estado do Pará no processo de privatização, até ajustar. Saiu da Celpa, foi para Rede Engenharia, que não conseguiu, teve um impacto tarifário brutal, num primeiro momento, lá no Estado do Pará. E no Estado do Amazonas nós já somos a terceira tarifa do País.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Presidente, Senador Eduardo Braga, Srs. Senadores, estamos aqui numa reunião da Comissão de Infraestrutura da Região Amazônica, Senadores aqui do Amazonas, de Rondônia, do Pará. Se vamos discutir essas questões, em especial de infraestrutura da nossa região, vamos passar aqui o dia todo tratando disso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - E é bom que passemos mesmo.

Dois assuntos V. Ex^a, ao abrir a reunião, trouxe para o debate. Primeiro a questão da aviação regional. É lamentável, Senador Eduardo Braga, que, passados quase quatro anos da aprovação da Medida Provisória 656... Eu fui Relator da 652, em que fiz o programa de desenvolvimento da Aviação Regional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Participei muito com V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Lamentavelmente, a 652 decaiu por prazo. Na 656, cujo Relator foi o Senador Jucá, nós conseguimos inserir exatamente o texto da minha emenda do relatório da 652. Definimos o que é aviação regional, o que é aeroporto regional, quais os subsídios que deveriam existir na aviação regional para que as tarifas de passagens pudessem ser menores para a nossa região, mas, lamentavelmente, até hoje não foi regulamentada.

Quando a gente vê a Lei Kandir, que é de 1996 e até hoje também não foi regulamentada. Espero que a aviação regional não vá demorar por tanto tempo. Não é possível que isso venha a acontecer. E mais, muitas vezes, no caso da Lei Kandir, a responsabilidade é nossa, do Congresso Nacional. Nós não fizemos o dever de casa.

Mas eu não tenho dúvida, Senador Eduardo Braga, de que é necessário que se faça isso urgentemente. O Governo da Presidente Dilma lançou, com uma pirotecnia, um programa de aeroportos para o Brasil todo, em especial também para a Região Amazônica. Até hoje, já se vão sete, oito anos e não foi iniciado nenhum. Só se faz criar expectativa e não se executa. O que falta, com certeza, para atender às necessidades da nossa região, Senador Acir, é vontade política.

Agora, Senador, nós temos de prestar atenção porque a Amazônia Legal tem nove Estados. Nós somos três Senadores por Estado. Então, nós temos 21 Senadores da Região Amazônica...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Na realidade, três vezes nove são vinte e sete.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Vinte e sete, desculpe. Temos 27 Senadores da Região Amazônica. Se nós nos uníssemos para defender a nossa região, em vez de estarmos discutindo partidariamente projetos outros, com certeza absoluta, teríamos força no Congresso - e a mesma coisa ocorre com os Deputados não na mesma proporção, mas numa proporção que já daria para se fazer ouvir - e colocaríamos as necessidades da nossa região para trazer o desenvolvimento. Não tenho dúvida disso. Basta que nos unamos.

Com relação à energia, a Celpa, que era a empresa estatal de energia no Pará, foi privatizada na década de 90 e foi a melhor coisa que aconteceu para o Pará e para os paraenses. À época da Celpa estatal, o governo do Estado tinha de bancar a folha da Celpa e não recebia o ICMS que era pago pelos usuários, pelos consumidores. Então, a Celpa se apropriava do ICMS, e o governo tinha de bancar a folha.

Houve a privatização, e foi vencedor o Grupo Rede. Lamentavelmente - e V. Ex^a já antecipou -, houve um problema de gestão do Grupo Rede. Acredito que ele cresceu demais (depois, privatizou a de Mato Grosso também e mais outras), não teve condições de avançar, e foi transferida a solução de mercado para a Equatorial Energia. Hoje a Celpa atende mais de 2 milhões de residências do Pará. V. Ex^a se referiu a isto, que é importante também: áreas do Pará, regiões do Pará não tinham condições de energia...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Sem querer interrompê-lo, mas o Senador Acir Gurgacz é o único que vai poder ler, em função do nosso quórum - nós só chegamos a oito Senadores e não vamos aumentar o nosso quórum, porque temos exatamente oito Senadores na Casa e sete estão no Fórum Mundial da Água. Portanto, não estarão presentes na Comissão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Então, para concluir, para que eu possa passar ao Senador Acir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - É verdade que só agora a margem esquerda do Rio Amazonas começou a ter a energia firme de que o Pará é exportador para o resto do Brasil; só agora. Marajó? Só agora também atravessaram o cabo para levar...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - O cabo subaquático.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - ... energia para lá. E ainda temos regiões no Pará que não têm a energia firme de Tucuruí.

V. Ex^a citou, com razão, o decreto que V. Ex^a conseguiu da Presidente Dilma no sentido de que os ramais...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Na realidade, as linhas de alta tensão...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - ... de alta tensão de 138kV...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - ... de 138kV passaram a ser da rede básica.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - ... passariam a ser da rede básica, o que viabilizaria levar energia, por exemplo, para o distrito de Moraes de Almeida, para o garimpo de Creporizão, de Creporizinho. Hoje, o distrito de Moraes Almeida poderia ser um Município em melhores condições que muitos Municípios de Minas e São Paulo, porque lá habitam mais de 20 mil pessoas. Mas nós não conseguimos fazer isso até agora, Senador Eduardo Braga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - O depoimento de V. Ex^a só vem a confirmar aquilo que nós falamos: privatizar pode ser bom, mas, se não tomar cuidado com uma série de modelagens, a privatização deixa lacunas importantes na área de investimentos e deixa lacunas importantes na área social.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - E nós Senadores temos que tomar cuidado para que isso não aconteça.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - E esse cuidado nós já discutimos, inclusive, na questão do saneamento.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) - A exemplo da telefonia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Exatamente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - A modelagem é importante na discussão da privatização.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Fundamental! E a hora de nós discutirmos isso é exatamente agora por ocasião da apreciação da MP 814 e no PLS.

Concederei a palavra o Senador Acir Gurgacz para a leitura do item 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, de 2016

- Não terminativo -

Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR) e do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal.

Autoria: Senador Jorge Viana.

Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Como Relator.) - Muito obrigado, Senador Eduardo Braga.

O art. 115 da Lei nº 13.097, de 2015, define que aeroporto regional é o aeroporto de pequeno ou médio porte, com movimentação anual (passageiros embarcados e desembarcados) inferior a seiscentos mil passageiros. O parágrafo único do mesmo artigo amplia o limite para considerar como aeroporto regional na Amazônia Legal aqueles com movimento de até oitocentos mil passageiros anuais. O PLS nº 428, de 2015, propõe alterar o referido parágrafo único do art. 115 para estabelecer que, na região da Amazônia Legal, o limite a ser considerado para aeroporto regional será de até um milhão e duzentos mil passageiros por ano.

O PLS em análise propõe também acrescentar o §2º ao art. 118 da Lei nº 13.097, de 2015, para estabelecer que a União deverá determinar a priorização de rotas com origem ou destino na região da Amazônia Legal na determinação dos critérios de alocação de recursos disponibilizados no âmbito do PDAR.

Por fim, o projeto de lei propõe ainda acrescentar o §7º ao art. 63 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para estabelecer que na aplicação de recursos do FNAC, particularmente daqueles destinados ao desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, a União deverá priorizar os investimentos realizados na região da Amazônia Legal.

A cláusula de vigência define a entrada em vigor imediatamente após a publicação da Lei resultante do projeto.

A justificação informa que o objetivo da iniciativa é estimular o desenvolvimento da aviação civil na região da Amazônia Legal. Ressalta as restrições de acesso por outras modalidades de transporte. Para muitas localidades a única alternativa ao transporte aéreo são embarcações de condições precárias, em viagens que chegam a durar dias.

As modificações propostas permitirão beneficiar maior quantidade de aeroportos da região entre os beneficiados pelo PDAR e priorizar a aplicação dos recursos do FNAC e dos disponibilizados no âmbito do PDAR.

A matéria foi distribuída para esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, onde não recebeu emendas. Seguirá ainda para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Análise.

A matéria diz respeito ao Direito aeronáutico, cuja competência legislativa é privativa da União (art. 22, I, da Constituição Federal), não havendo reserva de iniciativa em favor do Presidente da República. Não há ressalvas, também, quanto à juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do PLS nº 428, de 2016.

Esse é o relatório.

De fato, vamos ter de aguardar quórum para votação.

Agradeço pela oportunidade de poder ler esse relatório, que é da maior importância para a aviação regional, parabenizando o autor, Senador Jorge Viana, pela iniciativa, para que a gente possa avançar com relação ao transporte aéreo na Amazônia Legal. No Brasil inteiro, mas especialmente na nossa Região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Eu cumprimento V. Ex^a.

Reafirmo a importância do projeto e concedo a palavra ao Senador Flexa, para discutir a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir.) - Presidente, Senador Eduardo Braga, Relator, Senador Acir Gurgacz, esse projeto é da maior importância.

Eu só vou fazer uma consulta para verificar: quando eu preparei o relatório da 652, tive exatamente o cuidado de, na Amazônia Legal, aumentar o número de passageiros por aeroportos para que fossem considerados aeroportos regionais, exatamente para atender Santarém, Porto Velho, Macapá, aeroportos que estão elencados neste projeto.

Estou aqui com lei que foi sancionada - falta a regulamentação, lamentavelmente. O art. 115 define o que é aeroporto regional - a medida provisória não trazia essa definição:

Art. 115. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - aeroporto regional: aeroporto de pequeno ou médio porte, com movimentação anual (passageiros embarcados e desembarcados) inferior a 600.000 (seiscentos mil) passageiros; e

II - rotas regionais: voos que tenham como origem ou destino aeroporto regional.

Parágrafo único. Na região da Amazônia Legal, o limite de que trata o inciso I será ampliado para 800.000 (oitocentos mil) passageiros por ano.

Só vou verificar se, na Amazônia Legal, já não está definido para 800 mil. Lembro que, quando fiz o relatório, fiquei preocupado exatamente porque, se não se aumentasse na Amazônia Legal para 800 mil, ficariam de fora aeroportos importantes que a gente queria atender como a aviação regional.

Só queria fazer essa observação. O projeto é importantíssimo. Estando errado nessa verificação que estou fazendo aqui de já ser de 800 mil, nós termos de avançar com esse projeto urgentemente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Parece-me - a assessoria está informando - que, a princípio, está em 800 mil, mas o projeto do Senador Jorge Viana passa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Para um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - ... para 1,2 milhão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) - É um milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Parece-me que é 1,2 milhão. Pelo menos é essa a informação que me fornece aqui a assessoria.

O projeto não poderá ser votado. O relator e o autor, inclusive, não estão presentes, porque estão em outra missão. O relator foi para uma audiência no Ministério da Educação, e o Senador Jorge Viana está, neste momento, no Fórum Mundial da Água.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Parece-me que o que eles estão fazendo é aumentando para 1,2 milhão e criando a obrigatoriedade da prioridade para a Amazônia da liberação dos recursos tanto do fundo quanto do programa de investimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Presidente, o projeto está correto. Ele se refere aos aeroportos regionais, com 600 mil, mas já diz que, na Amazônia, são 800 mil e propõe passar para 1,2 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - É isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) - Vamos aprovar com urgência esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMDB - AM) - Eu agradeço a V. Ex^a.

Como não há mais Senadores inscritos para a discussão, eu encerro a discussão do projeto.

Não podemos votá-lo por falta de quórum.

Mas, antes de encerrarmos, eu gostaria de dar conhecimento de nota técnica encaminhada pelo Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Memorando nº 5, de 2018, do Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, Senador Ataídes Oliveira. S. Ex^a encaminha para o conhecimento da Comissão cópia de nota técnica da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal que trata do Aviso 870/2017, do Tribunal de Contas da União.

O Aviso 870/2017 foi encaminhado ao Senado Federal pelo Tribunal de Contas da União em resposta ao Requerimento nº 23, de 2017, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que solicitava ao TCU a realização de auditoria no Serviço Social do Transporte e no Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. O Tribunal, por meio do Acórdão 2.125, de 29 de setembro de 2017, decidiu pela realização de tal auditoria no prazo de 180 dias e comunicou tal decisão ao Senado Federal e ao autor do requerimento, Senador Acir Gurgacz, por meio do Aviso 870/2017, do qual agora damos conhecimento à Comissão de Infraestrutura do Senado.

Cópias dos documentos encontram-se à disposição das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Ao encerrarmos, portanto, a nossa reunião no dia de hoje, por falta de quórum para deliberação, convocamos a nova reunião deliberativa na próxima terça-feira.

Amanhã, teremos audiência pública. Está agendada uma reunião para o dia 21 de março, quarta-feira, às 14h30, no Plenário nº 15, tendo como pauta a realização de audiência pública para discutir a renovação da outorga da ferrovia de Carajás.

Está encerrada a presente reunião.

Convoco uma reunião deliberativa para a próxima terça-feira.

(Iniciada às 09 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 01 minuto.)